

# DISCURSO, MEMÓRIA E IDENTIDADES: A CIDADE CONSTRUÍDA NA EDIÇÃO DE COMEMORAÇÃO DOS 400 ANOS DE SÃO LUÍS NO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO

Mônica da Silva Cruz (UFMA-DELER)  
[monicasc.cruz@ig.com.br](mailto:monicasc.cruz@ig.com.br)

## Introdução

Este artigo, fruto de discussões desenvolvidas no interior do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD-CNPq/UFMA), avalia movimentos de memória instaurados pelo jornal *O Estado do Maranhão*, na edição de comemoração dos 400 anos de São Luís (MA). O aniversário se deu em 8 de setembro de 2012 e foi bastante divulgado pela imprensa local. A questão que aqui se coloca diz respeito às memórias e identidades construídas para a cidade de São Luís no jornal impresso *O Estado do Maranhão*, nos 400 anos da capital. A opção pela análise desse periódico deve-se ao fato de ele ser um jornal que pertence a um grupo político que administra o Estado há mais de 50 anos e por ser um dos diários mais importantes do cenário local.

O trabalho centra-se em postulados da Análise do Discurso (AD) francesa, fundada por Pêcheux, de base foucaultiana. Os processos discursivos, nessa perspectiva, não se originam no sujeito, pois os discursos que mobiliza existem antes de serem tomados, foram estabelecidos em outros lugares, por outros sujeitos. Desse modo, o discurso se localiza na exterioridade da língua, mas precisa de elementos materiais, como a língua, para ter uma existência; encontra-se na esfera social, é sempre atravessado pela história e pela memória, elementos que se situam além da estrutura linguística (FERNANDES, 2008). O *corpus* da pesquisa constitui-se de textos verbais e não-verbais, quais sejam: a imagem da capa da Revista Especial distribuída pelo Jornal, no dia 8 de setembro de 2012, e seu editorial; o editorial do Primeiro Caderno do jornal e a obra *A primeira missa no Brasil*, de Victor Meirelles (1860). Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica, seleção de edições do Jornal *O Estado do Maranhão*, análise e discussão dos dados. O texto divide-se em três seções: na primeira, discute-se a articulação entre identidades e discursos; a segunda discorre sobre o jornal como lugar de produção de memória e história e na última apresentam-se as análises dos textos.

## 1. Cidade, discurso e produção de identidades

A cidade, como espaço simbólico, é parte constitutiva da identidade de um povo. Ela é sempre um ponto de partida importante para o debate sobre confrontos políticos e ideológicos que atravessam o entendimento de uma população, congregando valores que extrapolam os limites do dizer. O espaço citadino é sempre o resultado de lutas históricas e políticas (ORLANDI, 2001).

Embora pensada por muitos como um complexo demográfico constituído por uma concentração populacional relevante, dada a atividades de caráter mercantil, industrial e cultural (FERREIRA, 1986), a cidade não se limita a um espaço físico apenas, com funções sócio demográficas. É também um espaço simbólico e discursivo. No plano discursivo, a cidade é um lugar de produção e circulação de sentidos e, assim sendo, gera várias significações, tornando-se articuladora de memórias, sujeita a transformações, pois é plena de linguagens, dotada de história, construtora de identidades e de inúmeros significados. Na visão de Orlandi (2001, p.32), a cidade deve ser percebida por seus atravessamentos, pela memória, “por um conjunto de gestos de interpretação”. É um lugar onde o sujeito se inscreve historicamente, tomando sentidos para si e para os outros. Para a autora, a cidade é um espaço que tanto significa como é significado. Ela pode ser constituída por discursos de toda ordem.

A cidade de São Luís do Maranhão, como muitas cidades brasileiras, é construída por lugares históricos e modernos; por paisagens naturais e muitos monumentos; apresenta uma diversidade de costumes que resultam de mistura cultural dos povos que a constituíram. Assim, a capital foi formando sua identidade a partir de uma rede de sentidos que surge de diferentes costumes, lugares, acontecimentos e pessoas. Essa cidade possui várias identidades, que se materializaram ao longo dos tempos, de distintas maneiras. No decorrer de sua história foi notada como Atenas Maranhense, Capital do *Reggae*, Jamaica Brasileira, Ilha do Amor, Manchester do Norte, Capital Brasileira da Cultura, Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade.

Entende-se a identidade como uma construção discursiva (HALL, 2006), uma edificação de marcas que particularizam indivíduos, lugares etc. por intermédio de sentidos produzidos discursiva e historicamente. Entre os autores que se dedicaram ao entendimento das identidades na sociedade contemporânea destaca-se Michel Foucault, o qual em sua obra relaciona a produção das identidades a uma confluência de poderes, que na sociedade capitalista tem definido identidades para o sujeito desde que este foi reconhecido como entidade descentrada, no final do século XIX. Nesse sentido, Foucault observa que o poder, no Estado Moderno, nas sociedades ocidentais, se apresenta de forma não repressiva e age na produção de identidades, por meio de diferentes dispositivos, as confissões, as técnicas de escrita, o controle do tempo, do espaço etc.

Na visão desse autor, as identidades se constituem na relação com os saberes e os poderes, por imposição de hábitos sociais como o cuidado com a alimentação, com o corpo, a saúde, de modo geral, excluindo ou incluindo sujeitos em determinados grupos, edificando identidades, portanto. O poder que reveste os saberes, na visão de Foucault, não necessariamente é repressivo, nem soberano, ele está imbricado nas relações cotidianas e em toda parte. O autor se propôs a analisar a forma como o poder “se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas” (FOUCAULT, 2000, p.6). Essa constatação levou Foucault a investigar formas de exercício de poder diferentes do Estado, no entanto articuladas a ele, de modo variado. Essas manifestações de poder são, na visão do autor, indispensáveis para o funcionamento efetivo do poder estatal (MACHADO, 2000).

Em *A arqueologia do saber*, lançado em 1969, o autor explica que o discurso é aquilo que forma os objetos e constitui os sujeitos, trata-se de um “um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva”. (FOUCAULT, 1986, p.135). Por formação discursiva entendem-se as regras que definem aquilo que em uma dispersão de discursos deve e pode ser dito pelos sujeitos, em certas circunstâncias (FOUCAULT, 2008). Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados que se apoiam em regras históricas, para estabelecerem o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico.

Voltando ao enunciado, ele é “um acontecimento” múltiplo de significados, pois “nem a língua nem o sentido” podem esgotá-lo inteiramente (FOUCAULT, 1986, p. 32); ele está sempre filiado a um conjunto de relações históricas, sendo por essa razão “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (FOUCAULT, 1986, p. 99). Para Foucault, todo enunciado tem uma materialidade que o faz circular historicamente em distintos canais de comunicação.

Estudos como os de Gregolin (2007) demonstram que a mídia é um dos lugares que atuam sobremaneira na formação de identidades, na atualidade. Nela é possível observar relações de poder em pleno funcionamento, pois como um saber, as mídias instituem inúmeras práticas que são dadas como verdades e assumidas pelos indivíduos, constituindo-

lhes identidades. Trata-se de uma ferramenta de grande influência no cotidiano, possuindo uma ordem discursiva própria, com sistemas de dizibilidade e visibilidade específicos. O poder da mídia, como todo poder, “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. (FOUCAULT, 2000, p.8).

A relação que as mídias estabelecem com os discursos as tornam lugar de interesse aos estudos da Análise do Discurso, a qual entende que os textos midiáticos produzem verdades ao enunciar certos acontecimentos (GREGOLIN, 2003). Apoiados em um poder simbólico, os meios de comunicação intervêm no curso dos acontecimentos, influenciam ações e produzem “eventos por meio de produção e transmissão de formas simbólicas”. (THOMPSON, 1998, p. 24). Essa produção se relaciona com o suporte material dos conteúdos, pois tudo que gera sentido tem uma materialidade. Nesse âmbito, é preciso avaliar o efeito da materialidade discursiva que se articula na interação entre leitor e texto, não podendo escapar da observação também o veículo portador de textos e mesmo a forma como alguns elementos são nele inseridos. Desse ponto, é sempre preciso considerar que os discursos circulam em forma de texto e estes por sua vez se alocam em lugares materiais como os gêneros e os suportes textuais (MARCUSCHI, 2008). Os suportes textuais modificam-se com o tempo, e podem se configurar em formas que podem ir desde as paredes das cavernas a ambientes virtuais de computadores, celulares, *tablets* etc.

O jornal impresso é um dos suportes midiáticos mais antigos utilizados no processo de formação de opinião. Nesse espaço, efeitos de verdade se instauram por meio de múltiplos recursos enunciativos e linguísticos, entre os quais se destaca o efeito da imparcialidade. É também é um desses efeitos que promovem a ideia de verdade no jornal. Também é uma marca desse suporte a heterogeneidade discursiva que manifesta a diversidade de posições-sujeito que o constitui. Do jornalista ao fotógrafo, do cartunista ao chargista, o jornal é um lugar em que memórias e histórias se articulam para a construção do fato.

## 2. História e memória: articulações no espaço jornalístico

Nos meios de comunicação existe sempre o que Foucault (1999) denominou “vontade de verdade”, isto é, a busca por um discurso que deseja ser acolhido como verdadeiro e capaz de impor saber e, portanto, poder.

O jornal, como uma mídia, faz circular discursos dentro de certos regimes de verdade, colocando os relatos sempre como inquestionáveis, mobilizando, para isso, muitos recursos linguísticos e enunciativos. Gêneros como as notícias representam bem esse trabalho de produção, porque, primeiramente, não são processos tomados propriamente por parte do espectador, do ouvinte ou do leitor, mas elementos dispostos segundo o entendimento do locutor e como tais subordinam-se a uma espécie de seleção realizada pela instituição responsável por mediar o fato. Além disso, o que o jornal noticia não resulta de procedimentos de interlocução, mas de uma espécie de simulacro comunicativo (RODRIGUES, 2012). Nesse aspecto, o discurso do campo jornalístico tem papel de mediação, ele constitui sentidos, organiza, produz conhecimentos, de forma simbólica. Segundo Gregolin (2003, p. 97), os textos da mídia não oferecem a realidade, “mas uma construção que permite o leitor produzir formas simbólicas de representação da sua realidade concreta”.

Os acontecimentos, nesse espaço discursivo, passam inevitavelmente por regulamentos, por interpretações e enquadramentos que derivam, em parte, da própria natureza dos gêneros que compõem o suporte e, em parte, resultam das seleções que os sujeitos que nele se inserem operam.

Conforme Barbosa (2010), as regulações de um jornal se constituem por meio de uma variedade de mecanismos, como explicações, imagens e discursos que articulam o que o público julga pensar e saber da sociedade. Assim, acontecimentos como a vitória de um

partido ou a comemoração de uma data são colocados como dados inquestionáveis a partir de discursividades que trabalham pelo entrecruzamento de um conjunto de elementos que produzem efeitos de verdade, que funcionam por “proposições logicamente estáveis” e “formulações inequívocas”, por enunciados aparentemente “transparentes” e ao mesmo tempo “profundamente opacos”. (PÊCHEUX, 2002, p.20 e 28).

Como dispositivo de mediação entre o leitor e a realidade, o jornal se edifica como um campo de interpretação e, nesse sentido, Barbosa (2010, p.81) aponta que, considerando as devidas diferenças, existe uma aproximação desempenhada pelo discurso histórico e a exercício jornalístico, pois ambos têm o estatuto de prática interpretativa que visa à explicação do real. Na esfera do jornal, os meios da atividade interpretativa se manifestam em discursividades situadas nos editoriais, nos comentários, nas colunas assinadas e em matérias interpretativas em que o jornalista apresenta sua opinião sobre um fato.

O conhecimento dado pelo campo jornalístico envolve tanto a memória individual (a do jornalista) como as memórias coletivas, emolduradas pela narrativa histórica. Nesse sentido, Barbosa aponta que “a escrita jornalística é um documento construído por sujeitos situados historicamente”, que registram, ainda que fragmentadamente, alguns ângulos de relações sociais (BARBOSA, 2010, p.82). Desse modo, memória, tempo e história se interligam no jornal.

De acordo com Le Goff (2003, p.31), em história:

os fatos são por vezes menos sagrados do que se pensa (...) o fato não é a história, a base essencial de objetividade, ao mesmo tempo porque os fatos históricos são fabricados e não dados e porque em história a objetividade não é a pura submissão aos fatos.

A história é, em outras palavras, uma reconstrução, sempre incompleta e incerta, das coisas e fatos que não existem mais. Já a memória é uma elaboração histórica, um modo de registrar os fatos que se liga às escolhas de um grupo social (HALBWACHS, 2004). Sobre este aspecto, percebe-se que a memória é uma criação tanto individual como grupal, e com ela há formação das identidades coletivas ou individuais. Assim, surge sempre um novo modo de se interpretar o passado através da edificação da história em memória.

No jornal, observam-se manobras sobre a memória, realizadas a partir de elementos dados pela história. É possível entender, assim, o jornal como um suporte de memória, um lugar cujos posicionamentos discursivos permitem analisar o funcionamento de uma identidade coletiva e ao mesmo tempo o entendimento sobre a cultura de um povo. A história é, pois, uma reconstrução do passado e a memória um mecanismo de registro dos fatos, que pode ocorrer de modo individual e coletivo. No jornalismo encontram-se ambas e, nesse sentido, pode ser bastante valioso para a construção histórica o que se publica nos jornais. Todavia, é preciso atentar para o que alerta Davallon (1999, p.24):

entre o simples registro da realidade e a memória social; que entre a reprodução de um acontecimento e a função social de instituições/re-instituição do tecido social atribuída à memória, há toda distância que separa a realidade do fato de significação.

A memória, nessa dimensão, é tanto um fato social como um fato de significação; não se constitui apenas em registro, mas é também interpretação.

O autor segue sua exposição em *Papel da memória* (1999, p.25) definindo alguns princípios necessários para a existência da memória. Primeiramente “é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença”; é preciso também que ele “conserva uma força”, para que posteriormente possa fazer “impressão”, ou seja, instaurar lembrança. Em segundo lugar, o autor sugere que é preciso então que o acontecimento seja lembrado a

partir de noções comuns ao grupo. Desse modo, a história resiste ao tempo, a memória não. Ela corre o risco de ser apagada caso o grupo que dela faça uso se dissolva.

Na mídia, a memória é operada não apenas por meio daquilo que é dito, mas também pelo que é posto em termos de comunicação visual ou auditiva. A esse respeito vale citar ainda o texto de Davallon (1999), para o qual existe uma eficácia simbólica da imagem, na medida em que esta se configura como uma produção cultural. O espectador da imagem sempre produz sentidos, porque estes não são dados prontos. Assim, afirma que a interpretação da imagem depende do programa de leitura que o signo imagético comporta: ele “assinála um certo lugar ao espectador” (DAVALLON, 1999, p.28-29).

No próximo item, analisam-se de que modo história, memória e identidades se articulam e produzem efeitos de sentidos a partir de textos verbais e não-verbais publicados pelo jornal impresso *O Estado do Maranhão*, na ocasião dos 400 anos da cidade de São Luís.

### 3. Os 400 anos de São Luís no jornal *O Estado do Maranhão*

*O Estado do Maranhão* é um jornal editado e difundido na cidade de São Luís, pertencente ao Sistema Mirante de Comunicação, da família Sarney. Sua inauguração aconteceu em 1º de maio de 1973, em substituição ao jornal *O Dia*, fundado em 1959.

Sales (2013) esclarece que o diário teve início quando José Sarney e Bandeira Tribuzi, poeta maranhense, assumiram o seu comando, em 1973, mudando também o seu nome: de *O Dia* passou a ser conhecido como *O Estado do Maranhão*. A mudança de nome aconteceu juntamente com a primeira grande reforma gráfica e editorial, dada pela introdução do sistema de composição eletrônica. Na década de 90, o jornal passou a ser impresso em páginas coloridas, afirma o autor.

A opção pela análise desse impresso deve-se ao fato de ele ser um jornal governista, pertencer a um grupo que administra o Estado há mais de 50 anos, sendo o periódico considerado um dos mais importantes jornais do Maranhão.

Para se efetivarem as análises aqui propostas, selecionaram-se alguns textos que destacavam os 400 anos da cidade, no dia 8 de setembro de 2012. São eles: a capa da Revista Especial distribuída por *O Estado do Maranhão* nessa data e seu editorial; o editorial do Primeiro Caderno intitulado “Parabéns, São Luís”, publicado no mesmo dia e, para complementar, a análise da imagem proposta na capa da Revista. Para complementar as análises também é avaliada a tela do pintor Victor Meirelles, datada de 1860.

Como fato de interesse local, o quarto centenário da cidade constituiu-se em acontecimento discursivo, em várias esferas sociais, entre as quais se destaca neste trabalho a mídia impressa. O diretor de redação de *O Estado da Maranhão* declarou no editorial da Revista Especial que cerca de três anos antes do quarto centenário a equipe jornalística do diário já elaborava a construção desse acontecimento (CORRÊA, 2012, s/p), tornando a data manchete ao longo de quase todo o ano de 2012, na capital maranhense, conforme segue:

O projeto para homenagear a hoje Cidade Patrimônio da Humanidade começou a ganhar contornos há cerca de três anos, quando o economista Jorge Murad publicou em **O Estado** uma série de artigos chamando a atenção de governos, instituições e entidades da sociedade civil organizada para a necessidade histórica, política e cultural de transformar as comemorações dos 400 anos de São Luís num marco. (grifos do autor).

Conforme já apontado, a memória é um trabalho de eleição dos fatos que devem permanecer na lembrança de um povo e tal rememoração parte sempre de um grupo. Nesse sentido, observa-se a memória dos quatrocentos anos da cidade ser alinhavada bem antes do ano de 2012 pelos administradores do jornal, também administradores do Estado, que fizeram, então, uma intensa campanha para pôr em funcionamento essa recordação, retomando, para isso, algumas memórias e silenciando outras. Nesse processo, as pesquisas demonstraram que

nos 400 anos de São Luís, o diário *O Estado do Maranhão* fez circular muitas matérias que enfatizavam aspectos concernentes à formação cultural e sócio-histórica do povo maranhense, em um trabalho de constante retomada de memórias, sempre as mais convenientes para o jornal. Para este artigo, selecionou-se, entretanto, uma imagem proposta na capa da Revista Especial distribuída pelo Jornal, no dia 8 de setembro, data de comemoração do aniversário da cidade. Nesse texto, observa-se um trabalho sobre a memória da fundação da cidade operado por intermédio de algumas imagens, já cristalizadas na memória do país.

Eis a imagem que a capa de Revista Especial apresentou, colhida em [mirante.globo.com/oestadoma/online](http://mirante.globo.com/oestadoma/online) :

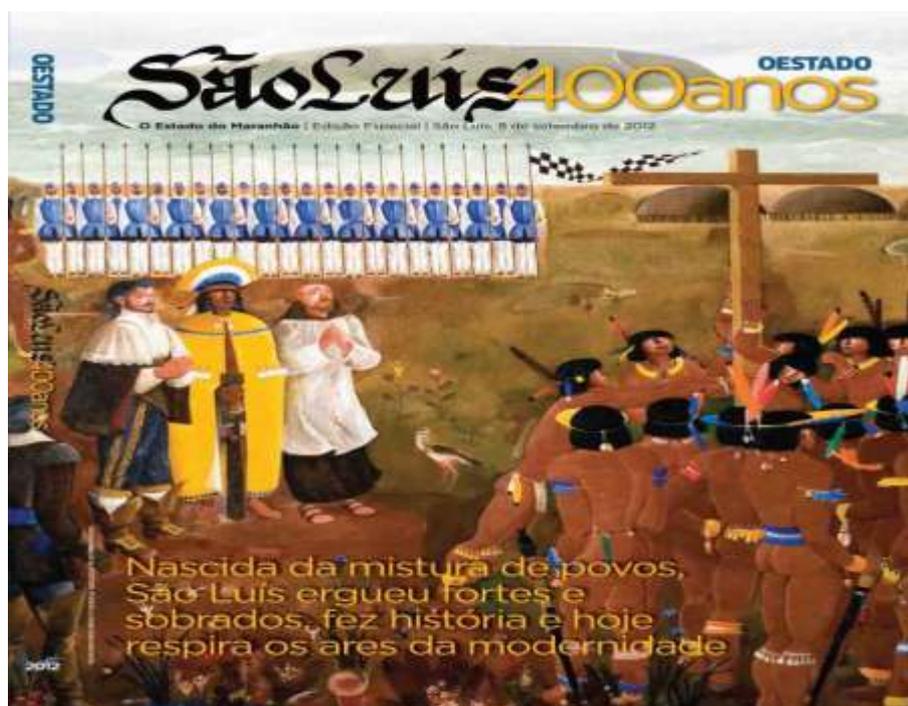


Figura 1: Imagem da capa da Revista Especial – Edição 400 anos do jornal O Estado do Maranhão

A capa da revista traz essa imagem, uma reprodução da tela do artista maranhense Floriano Teixeira, datada de 1972, uma das três peças que compõem o painel *Fundação da cidade de São Luís*, do acervo do Palácio dos Leões, sede do governo do Estado do Maranhão. Nela, o autor reconstitui cenas de narrativas oficiais sobre a fundação da cidade, que teria ocorrido em 1612. De acordo com algumas dessas narrativas, o marco oficial da fundação ocorreu com a implantação da cruz pelos franceses, na data consagrada à virgem Maria, 8 de setembro. Segundo Botelho (2012), a solenidade foi precedida por uma missa e uma procissão em que se associavam brancos e índios.

Considerando a imagem um “objeto cultural”, conforme já destacado, Davallon (1999) assevera que ela exige sempre uma atividade de produção de significação. Nesse processo, aproximam-se os aspectos formais do conteúdo imagético daquilo que está na instância textual ou enunciativa, em outras palavras, em nossa memória discursiva, a qual consiste no *já-dito*, naquilo que já foi relatado, urdido em outras esferas e que “constitui todo dizer” (ORLANDI, 2006, p.21). Na visão de Davallon (1999), ao se perceberem os elementos que compõem a imagem em uma totalidade, passa-se a interpretá-la em seu sentido global, sem que se atenha muito à significação dos elementos que a compõem, efeito que leva o espectador à ilusão de que a imagem se apresenta como origem dela mesma. Para ele, a imagem traz em seu interior um “programa de leitura” que norteia sua compreensão de forma

semelhante à da recitação de um mito, e nesse momento, de recitação, o acontecimento é rememorado. Na visão de Ferreira; Rodrigues e Mendonça (2013), esse programa de leitura inscrito na própria imagem funciona por meio de processos discursivos e, nesse âmbito, recorre-se à noção de memória e seus mecanismos, conforme propostos pela Análise do Discurso. Essa retomada, no entanto, nem sempre ocorre pela repetição literal, há sempre a possibilidade de deslocamentos e atualizações de sentidos.

A imagem dada na Revista Especial da edição 400 anos de São Luís dialoga com uma imagem bem presente na memória do brasileiro - a tela *Primeira Missa no Brasil* (www.blogspot.imagem.com.br), de Victor Meirelles (1860), em que se observam protagonistas da história inicial do país, como o indígena, o cristianismo, o europeu no papel de colonizador:



Figura 2: Primeira missa- pintura de Victor Meireles (1860)

Conforme Ferreira; Rodrigues e Mendonça (2013), a obra meireliana pode ser considerada um bom exemplo de operador da memória social, no sentido dado por Davallon (1999). A obra é reproduzida em muitos lugares discursivos e por todo o país, em muitos livros didáticos de história brasileiros, funcionando como lugar de memória no imaginário dos brasileiros. No programa de leitura que a obra propõe, os signos que a compõem transportam o leitor ao acontecimento do “descobrimento” do Brasil. Como um discurso fundador, entendido aqui conforme Orlandi (2001, p.12), referindo-se àqueles “dizeres que constroem um passado inequívoco” e o lançam a um futuro, instaurando um efeito de se estar “dentro de uma história de um mundo conhecido”, a tela de Meirelles, cuja materialidade traz saberes já-ditos em outros discursos, desempenha esse papel desde o século XIX (FERREIRA; RODRIGUES e MENDONÇA, 2013).

Nessa tela, inscreve-se a materialização de um imaginário que retrata o europeu como cristão e colonizador e os índios como aqueles que precisariam ser civilizados por uma ordem imposta pelo cristianismo. Essa mesma memória é retomada na tela de Teixeira, mais de cem anos após a produção da obra de Meireles. Em ambas nota-se o lugar submisso do indígena e a dominação ideológica e quiçá física dos brancos. Na imagem dada pelo Jornal essa discursividade é ressignificada a partir de uma cena que aponta a presença de um

celebrante acompanhado por um homem (provavelmente Daniel de La Touche, o fundador da cidade, segundo a história oficial), um índio, que parece dialogar bem com a cultura branca, colocado entre os brancos e todos cercados de índios de um lado e um exército de homens brancos ao fundo. Nesse ponto, o quadro de Teixeira, por ter sido produzido entre os fins dos anos 60 e início dos anos 70 (momento em que problematizações em torno da história oficial já circulavam com certa frequência) instaura um deslocamento em relação à obra de Meireles, colocando em cena alguns soldados, em uma alusão às lutas que certamente eivaram a fundação da cidade, fato pouco comentado em discursos oficiais.

A cruz, nessa imagem, é outro elemento que estabelece uma retomada à pintura de Meireles e, na imagem trazida pelo Jornal maranhense, o símbolo cristão é fincado pelos índios. A cruz, nesse contexto, aponta para a supremacia do europeu, que se considerava, então, mais civilizado que os nativos brasileiros, refazendo a matriz de sentidos estabelecidos pela tela do século XIX. A tela do autor maranhense retrata então o discurso da supremacia do colonizador sobre os diferentes povos que habitavam São Luís, em sua fundação. Nessa cena, não existem indícios de conflitos entre brancos e índios, os quais dividem o mesmo espaço físico e social.

Em ambas as imagens se entremeiam convenções enunciativas que criam o efeito de realidade histórica, para convencer os leitores e construir, dessa maneira, uma memória de fundação. Entre essas convenções, destaca-se um suposto consenso entre brancos e índios, na tentativa de “justificar a contradição entre a religiosidade cristã - profundamente enraizada desde o descobrimento” - e a dominação de seres humanos. (GREGOLIN, 1997, p. 104).

É preciso enfatizar que o registro trazido pelo jornal *O Estado do Maranhão* como narrativa oficial sobre a fundação francesa da cidade foi escrito por um padre capuchinho, Claude d'Abbeville, no livro *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, datado de 1614 (BOTELHO, 2012). Esse lugar de autoria certamente interfere na construção da memória que se constrói acerca da data, pois revela o ponto de vista de quem a divulga. Nesse sentido, a memória é trabalhada de acordo com o olhar da igreja, então europeia e colonizadora.

A cena apresentada no diário maranhense busca reforçar a identidade francesa da fundação de São Luís, remetendo seus leitores a essa história da fundação da cidade, reativado uma vontade de verdade, extremamente divulgada pelas mídias na capital maranhense, a qual põe São Luís como única capital brasileira fundada por franceses, muito embora tal versão já tenha sido contestada pela historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2008). Nesse trabalho sobre a fundação francesa, Lacroix (2008) explica que esse acontecimento tornou-se uma espécie de mito no século XIX, momento em que a capital maranhense passava por um crescimento econômico que levou a elite a uma vida de luxo e sofisticação, imprimindo-lhe mudanças de comportamento. Por essa razão, a historiadora nomeia a afeição dos ludovicenses à fundação francesa de “mito de fundação”, o qual emerge com muita força sempre em épocas festivas e datas comemorativas. Outra razão apontada pela historiadora para a busca de uma afirmação da identidade ludovicense por meio da fundação francesa se dá ainda ao fato de que, no século XIX, a economia do Estado, então amparada pela cultura algodoeira, entra em decadência e isso leva a sociedade, principalmente as elites, a buscarem uma afirmação de seu valor nessa crença, pois a França era conhecida como berço do Iluminismo. Desse modo, a cidade passou a se identificar nessa fundação porque trazia em seu bojo uma memória de nação intelectualizada. A historiadora conclui então que São Luís se percebia por essa razão superior às populações das outras províncias e assim buscou instaurar uma diferença, ainda que mítica (LACROIX, 2008).

Além dos sentidos deflagrados pelo texto imagético, há também que se considerar o texto verbal inserido pelo jornal sobre a tela de Floriano Teixeira. Nesse texto, o enunciador, colocado como um sujeito que está fora da cena enunciativa, para criar efeito de neutralidade,

relata: “Nascida da mistura de povos, São Luís ergueu fortes e sobrados, fez história e hoje respira os ares da modernidade”. Tal enunciado dialoga com outros sentidos situados na exterioridade do dizer: o enunciador põe a cidade como construtora dela mesma, São Luís é posta como o sujeito das ações históricas; no texto, o enunciador cria o efeito de sentido que faz crer que a própria cidade edificou “fortes e sobrados” sem a escravização de pessoas. Afinal, quem construiu os fortes e os sobrados da cidade?

Também ressoa nesse enunciado o discurso da diversidade cultural, da associação de diferentes culturas, discurso muito articulado na atualidade. Esse discurso instaura-se no sintagma “Nascida da mistura de povos”, que remete à vontade de constituir uma imagem miscigenada para a cidade, embora pouco se revele como essa diversidade foi constituída. Ao acentuar que a cidade “respira, hoje, os ares da modernidade”, o enunciador busca situar a cidade no tempo da atualidade.

O editorial do jornal, na mesma data, também retomou a memória da fundação de São Luís, logo no primeiro parágrafo:

Passaram-se 146 mil dias desde que o nobre francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, pisou em solo maranhense e fincou a cruz de madeira que oficializou a criação da França Equinocial, um projeto político e econômico destinado a fortalecer ainda mais a já então poderosa presença francesa em todos os continentes. A nova possessão ganhou o nome de São Luís, para homenagear o monarca francês ainda menino (...). (Parabéns, São Luís, 2012, p.4).

Nesse texto, é pertinente analisar a construção dos efeitos de sentido instaurados pela arquitetura textual. Nele, o enunciador se constitui como um observador que detém um saber histórico do acontecimento que está narrando e, para isso, mobiliza o tempo pretérito, criando, assim, um efeito de distanciamento do fato, negando a contemporaneidade, e construindo efeitos históricos, legitimados por marcas cronológicas: “(146 mil dias) desde que Daniel de La Touche fundou a cidade”. Na outra parte do enunciado: “o nobre francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, pisou em solo maranhense e fincou a cruz de madeira que oficializou a criação da França Equinocial”, o enunciador também constrói um efeito de neutralidade, mantendo-se afastado do evento, silenciando os confrontos travados para que a cruz fosse fincada na cidade. Na narrativa, tudo é dado de forma pacífica nesse encontro entre as culturas branca e indígena.

Ainda no primeiro parágrafo do editorial do jornal, o enunciador transporta-se de um tempo ou um local passado (lá) para a atualidade (cá), situando-se em um lugar de conhecedor da história da cidade, que sabe das transformações ocorridas na região, nos quatro últimos séculos:

De lá para cá a cidade que deu origem ao Maranhão e já nasceu capital viveu todos os ciclos políticos e econômicos dos quatro últimos séculos, para se tornar a urbe adulta e ímpar que dribla e supera com lastro histórico e força cultural todos os desafios e obstáculos que se lhes postam à frente e tentam afastá-la da rota que a está levando a um grande futuro.(Parabéns, São Luís, 2012, p.4).

Esse mesmo enunciador que por vezes tenta se afastar da narrativa para criar a imparcialidade do fato, deixa o leitor entrever o seu ponto de vista sobre o tema, tecendo cometários como este: “urbe adulta e ímpar que dribla e supera com lastro histórico e força cultural todos os desafios e obstáculos...”. Também, nesse período, vê-se que o enunciador situa-se tanto no passado, ao retomar o feito fundacional da cidade, como no futuro, ao vislumbrar a possibilidade de desenvolvimento para a cidade, ao falar sobre a “rota que está levando” a cidade “a um grande futuro”. Nesse aspecto, o enunciado se liga a outros discursos

que permeiam algumas formações discursivas no campo político no Estado, que prometem, entre outros feitos, instalar refinarias, trazer empresas de grande porte para o Estado.

A atualização da memória da fundação francesa nesse espaço ocorre pelo resgate histórico que reconhece oficialmente os franceses como fundadores da cidade, mas também é um meio de manter viva uma memória ligada a uma ideia de nação intelectualizada, de fortes contornos culturais. Entretanto, convém notar que essa noção de fundação francesa, tão difundida pelas mídias locais, parece fazer sentido somente nos espaços midiáticos, porque a população, de modo geral, não se reconhece em tal identidade e uma das causas pode estar relacionada ao fato de os franceses terem ficado na região por apenas três anos.

## Conclusão

Este artigo, fundamentado em alguns princípios da Análise do Discurso, buscou analisar alguns movimentos de memória instaurados em textos divulgados pelo jornal *O Estado do Maranhão*, na edição especial dos 400 anos da cidade. O *corpus* da pesquisa constituiu-se de textos verbais e não-verbais, como editoriais e imagens divulgadas nessa data pelo diário.

O Jornal, como um lugar de formação de opiniões se constitui em um dispositivo de poder e produtor de saberes. Nele se movimentam relações que determinam como um fato deve e pode ser apresentado socialmente.

O diário *O Estado do Maranhão* engendrou, na data dos 400 anos da cidade de São Luís, uma memória para a cidade pautada no passado, a partir da fundação da cidade, mas também buscou situá-la no presente, colocando-a como capital moderna, marcada em sua constituição pela “mistura de povos”. Esses movimentos enunciativos fazem ressoar perceber-se um processo comemorativo que se sustenta em enunciados políticos que apresentam uma cidade que desde sua fundação está inserida em um multiculturalismo, porém sem conflitos ou contradições.

Os textos analisados, publicados em 8 de setembro de 2012, mostraram uma identidade da cidade de São Luís empreendida por grupos étnicos distintos, mas capitaneada pela cultura branca dominante europeia e pilastra da sociedade ocidental. As análises demonstram, portanto, que o jornal silenciou memórias, como a escravização de pessoas para a construção da cidade. Alguns movimentos de memória instaurados nos textos são dados por efeitos de uma escrita que cria a impressão de uma história que parece se fazer por si mesma, sem sujeitos, sem movimentos ideológicos. Existe nessas narrativas sobre as origens de São Luís o que Gregolin (2003) chama de “desubjetivação da História”. Também se constatou, pelas análises, uma constante negociação de identidades em que se fazem cruzar ideias do passado com referências atuais. Este trabalho buscou, no âmbito acadêmico, contribuir para as reflexões acerca da relação intrínseca que existe entre língua, história, memória, e no âmbito social, apresentar dados para discussões acerca das identidades atribuídas à cidade de São Luís.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Pedro Luís Navarro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (Orgs.). *A (des) ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p.79-83.
- BOTELHO, Yane. Quatro séculos de história. *Revista do Jornal O Estado do Maranhão-Edição especial São Luís - 400 anos*. 8 de setembro de 2012.
- CORREA, Ribamar. Tributo a uma musa. *Revista do Jornal O Estado do Maranhão-Edição especial São Luís 400 anos*. 8 de setembro de 2012.

- DAVALLON, Jean. A imagem: uma arte de memória? In: PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999. p.23-32.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 6ª edição, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FERREIRA, Lucia; RODRIGUES, Andréa; MENDONÇA, Edinamária. O funcionamento discursivo da memória na imagem: a primeira missa no Brasil em três tempos. *Anais do II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades* Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. Disponível em [www.2coninter.com.br/artigos/pdf/827.pdf](http://www.2coninter.com.br/artigos/pdf/827.pdf). (Acesso em 20 de março de 2014).
- GREGOLIN, M. R. V. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, R. et al (orgs.). *Discurso e mídia: A cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p.95-110.
- \_\_\_\_\_. Vozes que falam, vozes que se calam no discurso da história. In: FONSECA, Ana Silvina Azevedo F. de, et all. *Revista Prata da Casa*. São Luís: Gráfica Universitária, 1997. p. 99-110.
- HALL. Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação Francesa de São Luís e seus Mitos*. São Luís: Editora UEMA, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Pau: Editora da UNICAMP, 2003.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. p.I-X.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análises de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- ORLANDI, Eni. *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional, Campinas, Pontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni. *Introdução às ciências da Linguagem*. Campinas(SP): Pontes, 2006. p.12-31.
- \_\_\_\_\_(org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. São Paulo: Pontes, 2001.
- PARABÉNS, São Luís (editorial). *O Estado do Maranhão*. São Luís, 8 set 2012.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.
- RODRIGUES, ADRIANO Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell e Maurice Mouillaud (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p.227-242.
- SALES, Luís Rodolfo Cabral. *Messias de papel: a construção discursiva da candidata Roseana Sarney (2009-2010) pelos editoriais de O Estado do Maranhão*. Curitiba (PR): CRV, 2013.
- THOMPSON, John, B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

[http://imirante.globo.com/oestadoma/online/08092012/index\\_especial.asp](http://imirante.globo.com/oestadoma/online/08092012/index_especial.asp) (acesso: 25 de março de 2014).

<http://historiaporimagem.blogspot.com.br/2011/05/primeira-missa-no-brasil-um-show-de.html> (acesso: 20 de março de 2014).